

## **JUVENTUDE E PODER LOCAL EM SANTA CATARINA**

**DURAND**, Olga Celestina da Silva - UFSC.

**FURINI**, Doris Regina Marroni. - UFRGS.

**CANELLA**, Francisco - UDESC.

**GT:** Movimentos Sociais e Educação / n.03

**Agência Financiadora:** Não contou com financiamento.

Este pôster está constituído com base em dados coletados entre outubro de 2003 e fevereiro de 2004, referentes ao campo de ações públicas, projetos e programas, destinados a jovens e adolescentes, no âmbito do poder público Municipal. Foram entrevistados 7 gestores e 22 coordenadores que atuavam em 29 projetos e programas em 4 municípios da Região Metropolitana de Florianópolis – SC. A pesquisa teve como objetivos: identificar as principais características dos projetos e programas do poder público local dos municípios investigados; investigar as questões pertinentes à juventude(s), seus processos de escolarização, suas formas de participação social e política, na perspectiva de explicitar elementos que efetivamente possam garantir sua digna inclusão social e examinar como as representações dos gestores sobre jovens interferem na formulação, implementação e gestão das políticas de juventude no âmbito do poder público municipal.

A investigação iniciou-se com a coleta de dados demográficos e com a identificação dos quadros administrativos, dados educacionais e informações relativas à gestão e organização do poder local dos municípios de Florianópolis, Biguaçu, Palhoça e São José. Após a identificação dos responsáveis pelos programas e projetos direcionados a adolescentes e jovens dos quatro municípios, foram aplicados os questionários.

Os contatos proporcionados por essa etapa da pesquisa possibilitaram à equipe acessar as informações complementares e a finalização do preenchimento das fichas de identificação dos municípios. As informações coletadas foram analisadas após processamento e inclusão em um banco de dados. Estas informações permitiram localizar, ainda que em linhas gerais, o percurso profissional dos entrevistados, viabilizando o entendimento do lugar social de onde emergem as suas falas, bem como suas concepções sobre juventude.

Do total desses profissionais, 41% são mulheres e 59% são homens. Situam-se em uma faixa etária entre 25 e 40 anos. A maioria possui escolarização de nível superior, alguns com pós-graduação em nível de especialização e dois em nível de mestrado. Eles são provenientes, majoritariamente, dos Cursos de Serviço Social, Psicologia e Educação Física; em menor número, há profissionais das áreas do Direito, da Biblioteconomia e das Artes. A maior parte atua em suas respectivas áreas de formação, cabendo assinalar que os estagiários de Pedagogia atuam na função de educadores sociais.

Do mesmo modo, a investigação procurou caracterizar o público-alvo dos projetos. É o que podemos visualizar nas tabela abaixo:

Tabela 1. Público alvo que freqüentam os Programas e Projetos.

Público destinatário do programa*	FA	%
1-Alunos	6	26,1
2-Alunos portadores de necessidades especiais	0	0,0
3-Crianças e adolescentes envolvidos com trabalho infantil	2	8,7
4-Crianças e adolescentes que residem na região onde o projeto é executado	8	34,8
5-Jovens carentes/baixa renda/pobres/desfavorecidos	1	4,3
7-Jovens em situação de vulnerabilidade social	2	8,7
8-Jovens em conflito com a lei	3	13,0
9-desconhece	1	4,3
Total	23	100,0

(\* Múltipla Escolha)

No que se refere à forma como os jovens e adolescentes relacionam-se com os programas e projetos a eles destinados, constatou-se que não há um espaço de efetiva participação no planejamento e a possibilidade de tomada de decisões nas atividades é inexpressiva. Quando isso ocorre, as práticas participativas limitam-se majoritariamente a sugestões de atividades e opiniões individuais. Na medida em que não se articulam para a participação, ou que as políticas não conseguem ou não desejam interagir com jovens que colocam seus direitos na forma de alguma demanda específica, não há condições para que tais direitos adquiram visibilidade. No caso dos municípios analisados, a inexistência de programas ou projetos que incluam a participação dos jovens em suas diferentes etapas (desde a concepção até a implementação e a execução) pode ser vista como um fator decisivo para explicar a ausência de conteúdo para os direitos dos jovens.

Tabela 2. Participação na Concepção e implementação dos Programas e Projetos.

Concepção	FA	%
Programa / Diretriz do governo federal em parceria com município	3	13,6
Programa / Diretriz do governo do Estado em parceria com município	0	0,0
Programa nasce no nível do município	15	68,2
Programa já existia e foi reestruturado na atual gestão	1	4,5
Proposta / reivindicação da sociedade civil	1	4,5
Proposta / reivindicação de grupos juvenis	0	0,0
Outros	0	0,0
Não informou	2	9,1

Total	22	100,0
-------	----	-------

(\*Múltipla Escolha)

A pesquisa também identificou o lugar institucional das políticas voltadas para adolescentes e jovens nos municípios da Grande Florianópolis, conforme tabela abaixo:

Tabela 3. Frequência dos Projetos por secretarias.

Secretaria*	FA	%
Secretaria Municipal de assistência social / inclusão / ação social	6	20,7
Secretaria Municipal de Educação	3	10,3
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	1	3,4
Secretaria Municipal do Esporte	4	13,8
Secretaria Municipal da Cultura	1	3,4
Secretaria Municipal de Trabalho	8	27,6
Secretaria Municipal de Habilitação	3	10,3
Secretaria Municipal de Juventude	3	10,3
Total	29	100,0

(\*Múltipla Escolha)

As políticas de juventude ocupam situações secundárias no conjunto das políticas públicas municipais. O dado principal que nos permite fazer essa afirmação é o fato de que não existe nos municípios um órgão (salvo uma exceção), ou outro semelhante, que se ocupe especificamente da juventude. A juventude constitui-se em uma “clientela secundária”, sendo seus membros apenas receptores passivos, público-alvo de projetos ou eventos que abrangem esportes, lazer e entretenimento. Podemos deduzir ainda, que as políticas de juventude estão mais ligadas à política social de matiz assistencialista ou, ainda, partem do pressuposto de que se estiver o jovem ocupado, o problema se resolve, pois a desocupação é a fonte principal de todos os problemas. Em contrapartida, há uma grande profusão de projetos que visam atender especificamente a faixa etária prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e que têm nestes seus objetivos explícitos.

O discurso dominante que orienta as políticas sociais está sob a égide da reinserção social. No entanto, as atividades divergem quanto a sua forma: no município de São José, aparece com o caráter esportivo de competição; nos municípios de Florianópolis e Palhoça, volta -se para a preparação para o

mercado de trabalho e no município de Biguaçu encontra-se atrelada às atividades que fazem parte do calendário escolar.

Pode-se afirmar que várias características da cultura política brasileira fazem-se aqui presentes, reforçando padrões tradicionais de conduta política nacional. Com base nisso, consideramos relevante destacar a análise de Ruas (1998), que identifica as seguintes regularidades: fragmentação, competição interburocrática, descontinuidade administrativa, implementação de ações que não respondem à demanda e, por fim, a clivagem entre formulação/decisão e implantação.

Finalmente, buscou-se entender as falas que permeiam a esfera pública municipal, via seus gestores e coordenadores de programas, de modo que pudéssemos, mesmo que de uma forma preliminar, identificar seu peso na correlação de forças e nos dispositivos de poder, de modo a considerar qual é a “fala” que se impõe. Neste sentido tivemos como pergunta central a seguinte questão: qual concepção de juventude permeava a fala dos gestores e coordenadores de programas e projetos? Usamos como base de análise, os seguintes procedimentos: identificação das falas mais recorrentes; agrupamento das falas de acordo com a proximidade dos entendimentos apresentados, evitando-se a homogeneização dos discursos dos múltiplos atores sociais. Houve o cuidado metodológico de não estabelecer generalizações ou de hierarquizar as concepções apresentadas pelos entrevistados; ao contrário, procurou-se destacar a heterogeneidade e as contradições nelas presentes. Afinal, não se esperava que, partindo das circunstâncias específicas de cada entrevista, os depoimentos coletados expressassem um discurso fechado e internamente coerente. Das representações apresentadas de modo mais freqüente nas falas dos entrevistados, pode-se agrupá-las de acordo com as seguintes referências ao universo juvenil: a) como futuro adulto; b) como idade das indefinições; c) como fontes de problemas e d) como sujeitos de direitos. As análises foram desenvolvidas sob a ótica de que a juventude, embora plural devido às suas diversidades e diferenças (cf. Pais, 1996; Durand, 2000 e Sposito, 1997), encontra-se em um patamar social que exige a sua compreensão baseada no direito à inclusão e à participação social, aportados em políticas públicas que garantam o pleno exercício da sua cidadania.

As etapas até o momento percorridas foram fundamentais para a pesquisa, pois possibilitaram a identificação não só dos Projetos de Programas a serem estudados, como também das problemáticas a serem analisadas no que concerne à complexa questão da juventude e seus entornos. Obtivemos um conhecimento relativo das ações desenvolvidas nas áreas de juventude na região metropolitana de Florianópolis e constatamos que há necessidade de um maior aprofundamento dos estudos sobre a juventude, os programas de atendimento e a relação com a escolarização desses jovens/adolescentes. Nesse sentido, acreditamos que um estudo de caso irá proporcionar um aprofundamento nessa temática, viabilizando a apreensão das perspectivas de construção de políticas públicas para a Juventude.

## REFERÊNCIAS

DURAND, Olga Celestina da Silva. *Jovens da Ilha de Santa Catarina: sociabilidade e socialização*. São Paulo, USP, Tese de Doutorado em Educação, 2000.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, ANPED, número especial, n. 5-6, p. 5, 1997.

PAIS, J. Machado. *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1996.

RUA, Maria das Graças. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: CNPD. *Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas*. Brasília, 1998. 2 v.

SPOSITO, Marília Pontes. Estudos sobre juventude em Educação. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 5/6, 1997.

## ESQUEMA DO POSTER

### JUVENTUDE E O PODER LOCAL EM SANTA CATARINA

#### CARACTERIZAÇÃO

7 LINHAS – 64 PALAVRAS

#### OBJETIVOS

16 LINHAS

93 PALAVRAS

#### METODOLOGIA

14 LINHAS

113 PALAVRAS

#### DESENVOLVIMENTO

28 LINHAS

232 PALAVRAS

**RESULTADOS ALCANÇADOS****22 LINHAS****182 PALAVRAS****BIBLIOGRAFIA****15 LINHAS****88 PALAVRAS**